



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ  
Subseção Judiciária de Paragominas

**PORTARIA 4/2024**

**Portaria Conjunta SSJ/PGN, PGF/PA, Comissão Direito Previdenciário OAB/PGN,**

Institui, no âmbito do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Paragominas, fluxo processual concentrado, de caráter facultativo e preferencial, exclusivamente para processos previdenciários de salário maternidade, aposentadoria rural, aposentadoria híbrida e pensão por morte, em que haja controvérsia sobre a qualidade de segurado especial.

A Juíza Federal Mariana Garcia Cunha, Titular da Vara Única Federal de Paragominas, no uso das suas atribuições legais e regulamentares, em conjunto com a Procuradora Federal Patrícia Carvalho da Cruz, Procuradora Chefe da Procuradoria Federal no Estado do Pará, o Procurador Federal Guilherme Joaquim Pontes Azevedo Neves, Coordenador da Equipe Regional de Segurados Especiais da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região (ER-SEAS-PRF1), e a advogada Keise da Silva Maria Lopes, Presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil da Subseção de Paragominas;

**CONSIDERANDO:**

I – a necessidade de aperfeiçoar os trabalhos judiciais, tornando a tutela jurisdicional mais célere e efetiva;

II – a necessidade de desonerar as varas judiciais, acarretando com isso a redução de etapas na execução do cumprimento dos serviços judiciais;

III – que o artigo 93, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, possibilita a delegação aos servidores para a prática de atos de administrações e atos de mero expediente sem caráter decisório;

IV – o disposto no artigo 203, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil e no artigo 41, inciso XVII, da Lei 5.010/66;

V – os princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, efetividade e celeridade que orientam os Juizados Especiais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.099/95;

VI – a obrigação de o Estado promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos, nos termos do artigo 3º do Código de Processo Civil;

**RESOLVEM INSTITUIR UM FLUXO PROCESSUAL CONCENTRADO**, de caráter facultativo e preferencial, exclusivamente para os processos em que haja controvérsia sobre a qualidade de segurado especial referente aos benefícios de salário maternidade, aposentadoria rural, aposentadoria híbrida, pensão por morte e benefício por incapacidade, o qual será regido segundo as regras a seguir.

Artigo 1º. A petição inicial da parte autora deve estar acompanhada – ou poderá ser substituída – pelo FORMULÁRIO INICIAL constante nos Anexos desta Portaria, de acordo com o benefício pleiteado.

Artigo 2º. A inicial deverá ser instruída com:

I. Documentos exigidos pela legislação processual, como RG, procuração, comprovante

de residência e declaração de hipossuficiência.

II. Documentos que indiquem o exercício da atividade rurícola, como aqueles constantes no artigo 116 da Instrução Normativa Presi/INSS n. 128/2022.

III. Gravação de vídeo do depoimento pessoal da parte autora e de suas testemunhas.

§ 1º. Os depoimentos indicados no inciso III valerão como prova oral para todos os efeitos legais.

§ 2º. Facultativamente, a parte autora poderá anexar as seguintes provas:

a) levantamento fotográfico de corpo inteiro (corpo inteiro, rosto, mãos – frente, lateral, dorso);

b) levantamento fotográfico do local de trabalho;

c) gravação de vídeos do imóvel rural;

d) mapas ou localização eletrônica do imóvel rural;

e) outros documentos que julgue necessários.

Artigo 3º. Os documentos, com exceção de vídeos, devem ser juntados no PJe em formato PDF, com identificação de cada um.

Parágrafo único. A procuração (com ou sem o contrato de honorários) deve ser juntada em arquivo separado, com a devida identificação (PROCURAÇÃO).

Artigo 4º. A adesão ao fluxo processual concentrado, para fins de acordo, deverá ser realizada na petição inicial ou antes da citação, independentemente de despacho, encaminhando o processo conforme fluxo abaixo:

I. O INSS será citado para contestar o pedido (contraditório sobre as provas) e, conhecendo as provas apresentadas, poderá apresentar PROPOSTA DE ACORDO DIRETO ou se pronunciar sobre o mérito.

II. A PROPOSTA DE ACORDO DIRETO deve observar, preferencialmente, os parâmetros do artigo 2º, IV, do Ato Conjunto 2/2023 TRF1/INSS, ou seja:

a) para benefício de salário maternidade de trabalhadora rural, valor único que corresponde a aproximadamente 100% (cem por cento) do valor devido;

b) no caso dos benefícios por incapacidade, 95% (noventa e cinco por cento) do valor das parcelas vencidas entre a DIB (data de início do benefício) e a DIP (data de início do pagamento); e

c) para os demais benefícios, até 90% (noventa por cento) do valor das parcelas vencidas entre a DIB (data de início do benefício) e a DIP (data de início do pagamento).

III. Caso a proposta esteja nos parâmetros acima e a parte autora tenha marcado no FORMULÁRIO INICIAL que aceita esse percentual, o acordo será imediatamente homologado pelo juízo.

IV. O INSS pode oferecer PROPOSTA DE ACORDO DIRETO em percentuais diferentes daqueles indicados no inciso II, mas, nessa situação, a parte autora será intimada para se manifestar sobre a proposta no prazo de 5 dias.

V. Não havendo proposta de acordo e tendo sido contestado o pedido, a parte autora será intimada para apresentar réplica, no prazo de 10 dias, e, após o prazo, o processo seguirá para sentença, obedecendo-se a ordem cronológica para julgamento, conforme *caput* do artigo 12 do CPC.

Artigo 5º. Caso o advogado marque no FORMULÁRIO INICIAL que pretende destaque de honorários contratuais no momento da expedição da requisição de pagamento, deve se ater para o limite máximo admitido pela jurisprudência de 30% de destaque dos valores a serem pagos à parte, bem como deve juntar o contrato de honorário no mesmo arquivo da procuração ou em arquivo separado, indicado como “CONTRATO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO”.

§ 1º. O contrato não identificado, ou seja, juntado com nome diverso ou no meio de outros documentos, não será considerado para fins de destaque.

§ 2º. Se o percentual ultrapassar 30%, será feita a conclusão para decisão.

Artigo 6º. Caso a inicial seja omissa em relação à adesão ou não adesão ao fluxo processual concentrado, o juízo intimará a parte autora para que se manifeste a esse respeito, no prazo de 15 dias.

§ 1º. Em caso de opção pela adesão ao fluxo processual concentrado, a parte autora deverá juntar aos autos o FORMULÁRIO INICIAL, previsto no artigo 1º e constante dos Anexos, e os documentos de que trata o artigo 2º, no prazo de manifestação concedido no *caput*.

§ 2º. Caso a parte autora opte pela não aplicação do fluxo processual concentrado, o processo seguirá o rito previsto pela legislação do Juizado Especial Federal, com citação do INSS para contestação e realização de audiência de instrução e julgamento.

Artigo 7º. Nos processos ajuizados antes da vigência desta portaria, mas ainda pendentes da análise inicial, também será oportunizada a adesão ao fluxo concentrado previsto nesta portaria, com prazo de 15 dias para manifestação e juntada do FORMULÁRIO INICIAL e documentos.

Artigo 8º. Para ter acesso aos formulários anexos a esta Portaria, acesse o link: <https://www.trfl.jus.br/sjpa/subsecao-judiciaria-de-paragominas/fluxo-concentrado-jef>.

Artigo 9º. Essa portaria entra em vigor na data da última assinatura eletrônica.

Publique-se.

Paragominas, (data da assinatura eletrônica).

**Mariana Garcia Cunha**

**Juíza Federal**

**Patrícia Carvalho da Cruz**

**Procuradora Chefe da Procuradoria Federal no Estado do Pará**

**Guilherme Joaquim Pontes Azevedo Neves**

**Coordenador da Equipe Regional de Segurados Especiais da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região (ER-SEAS-PRF1)**

**Keise da Silva Maria Lopes**

**Presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil da Subseção de Paragominas**



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Garcia Cunha, Juíza Federal Diretora da Subseção Judiciária**, em 10/05/2024, às 17:57 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **20525116** e o código CRC **33E8D359**.

(Digite aqui o conteúdo do(s) anexo(s), ou remova este texto)

---

Av. Portugal, 3 - Quadra 03 - Bloco 05 - Módulo II - CEP 68626-080 - Paragominas - PA - [www.trf1.jus.br/sjpa/](http://www.trf1.jus.br/sjpa/)

0003683-66.2024.4.01.8010

20525116v3